



TABOÃO PREVIDÊNCIA

Autarquia Previdenciária

Município de Taboão da Serra
Estado de São Paulo



Ata da 14ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Previdência da TABOÃO PREVIDÊNCIA – Autarquia Previdenciária do Município de Taboão da Serra – Mandato do Quadriênio 2015/2019.

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e quinze, às nove horas, se reuniram os membros do Conselho Municipal de Previdência na sede da TABOÃO PREVIDÊNCIA – Autarquia Previdenciária do Município de Taboão da Serra – sito a Rua Mario Latorre, 130, no bairro denominado Parque Pinheiros – Taboão da Serra – SP, aberta a reunião, pelo Presidente Sr. Mario da Silva Gomes e secretariada por mim Marta Ferreira Berlanga, com o quórum legal, após, foi feita a leitura da pauta do dia: 1º Aprovação da Ata da reunião anterior; 2º Aprovação das contas do mês de julho de dois mil e quinze; 3º Avaliação econômica de julho de 2015; 4º Aplicação dos recursos repassados pela Prefeitura Municipal de Taboão da Serra; 5º Outros Assuntos. Estavam presentes na reunião o Superintendente Autárquico Sr. Marcos Rogério Fregate Baraldi, o Diretor Administrativo e Financeiro Sr. Daniel César e a Diretora de Previdência Sra. Eliana Bendini Lantyer. De acordo com a pauta, ficou deliberado o que segue: 1º A Secretária Sra. Marta Ferreira Berlanga fez a leitura da ata da reunião anterior, foi perguntado se alguém tinha algum adendo a fazer, a conselheira Liliam Guedes Sampaio solicitou que fosse incluído na ata os candidatos para os cargos de presidente e secretário do conselho e seus respectivos votos, o que foi feito prontamente, após a referida ata foi aprovada por todos os presentes; 2º Aprovação das contas do mês de julho de dois mil e quinze, passou o uso da palavra ao Sr. Daniel César, explicando que até a presente data a Prefeitura Municipal de Taboão da Serra esta em dia com a contribuição Patronal e dos Servidores, na sequência o Diretor Financeiro explicou aos conselheiros o demonstrativo de Receita, Despesas e saldo, constatou-se saldo financeiro no valor de R\$ 373.760.691,27 (Trezentos e setenta e três milhões, setecentos e sessenta mil e seiscentos e noventa e um reais e vinte e sete centavos), referentes à prestação de contas/saldo financeiro do mês de julho de 2015, que, após a devida análise, foi aprovada por unanimidade de votos, o Conselho também apreciou a Evolução dos Investimentos e a Rentabilidade Acumulada das Aplicações que totalizam R\$ 369.008.185,70 (Trezentos e Sessenta e Nove Milhões, Oito Mil, Cento e Oitenta e Cinco Reais e Setenta Centavos), distribuídos em Renda Fixa R\$ 282.327.960,02 e Renda Variável R\$ 86.680.225,68 de acordo com as Resoluções nº 3.922/10 e 4.392/14 que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social, foi constatado que as aplicações estão sendo feitas de acordo com a legislação; 3º Avaliação econômica de julho de 2015: O mês de julho foi pautado pela forte aversão ao risco, com os investidores buscando proteção em um ambiente marcado pela intensidade de eventos negativos, tanto no âmbito interno quanto no externo. De otimista, apenas a notícia de que a Grécia fechou acordo com os credores internacionais. Após a população ir às urnas e rejeitar as propostas feitas pelos credores para resolver a crise financeira do país, o primeiro ministro Alexis Tsipras rendeu-se às exigências dos líderes da zona do euro e assinou um compromisso de acordo para o terceiro pacote de resgate, que mantém o apoio financeiro ao país. Afundada em dívidas, a Grécia se compromete a aumentar impostos, realizar privatizações e reformar o sistema previdenciário. Em



TABOÃO PREV

Autarquia Previdenciária

Município de Taboão da Serra
Estado de São Paulo



contrapartida, receberá uma linha de crédito emergencial de aproximadamente 20 bilhões de euros, e um pacote de socorro que totalizará entre 82 bilhões e 86 bilhões de euros, com carência e prazos mais longos. Entretanto, o que pesou sobre os mercados foram as notícias negativas que trouxeram um movimento de aversão aos ativos de maior risco. A notícia de que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou a ser alvo de investigação por parte da Procuradoria da República no Distrito Federal fez preço sobre os ativos negociados no mercado. A investigação, por suposto tráfico de influência internacional e no Brasil, decorre da suspeição de que Lula usou sua influência para facilitar negócios da empreiteira Odebrecht com governos estrangeiros onde faz obras financiadas pelo BNDES, principalmente em países da África e da América Latina. Por ser alvo de um procedimento investigativo criminal, o Ministério Público Federal passa a ter prerrogativa de utilizar todas as ferramentas investigativas. A abertura de investigação foi determinada pelo procurador Valtan Timbó Mendes Furtado, que substituiu a procuradora titular do caso, Mirella de Carvalho Aguiar, que estava em férias no início do mês. Em sua defesa, o ex-presidente alegou que o procurador violou os direitos funcionais ao “interferir na apuração preliminar” da procuradora, que ainda não tinha determinado a abertura da investigação, o que não prosperou. Caiu como uma “bomba” a notícia de que o Deputado Federal e presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) rompeu relações com o governo. Alegando ser alvo de perseguição por “um bando de aloprados do Planalto”, Cunha vem sendo alvo de ação persecutória pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O procurador busca obter elementos que permitam sua denúncia no processo da operação Lava-Jato. A decisão é pessoal, mas já solicitou ao partido (PMDB) que o siga, juntando-se aos opositoristas. Nem bem oficializou o rompimento, Cunha já iniciou o processo de retaliação: anunciou a criação de duas CPI's, do BNDES e dos fundos de Pensão, que estavam engavetadas, além de encaminhar ofício ao deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) para que refizesse, em 10 dias, seu pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, por erro de formatação da exordial. Com o mercado ainda digerindo a decisão do Deputado Federal Eduardo Cunha, veio a principal notícia do mês que decretou o viés negativo que permeava o mercado: o anúncio pela equipe econômica de diminuir a meta da economia para pagar os juros da dívida – o chamado superávit primário. O governo decidiu cortar na carne ao anunciar redução da meta do superávit primário deste ano para R\$ 8,7 bilhões, ou 0,15% do PIB, ante R\$ 66,3 bilhões, ou 1,1% do PIB, devido à frustração da receita em meio a um cenário de contração econômica. As metas para 2016 e 2017 foram reduzidas para 0,7% e 1,3% do PIB, respectivamente, ante meta anterior de 2%. Apesar do realismo e transparência, a decisão não foi bem recebida pelo mercado financeiro e deve alimentar apostas nas mesas de operação de que as agências classificadoras de riscos Fitch e Moody's podem, além de rebaixar o rating brasileiro para o último degrau do grau de investimento, colocar a nota brasileira em perspectiva negativa. Na esteira desta notícia, a agência classificadora de riscos Standard & Poor's anunciou que manteve a nota de crédito do Brasil em “BBB-“, mas alterou a perspectiva da nota de “estável” para “negativa”. Com a revisão para baixo, o país ficou no último degrau antes de passar para o grau especulativo e perder o cobiçado selo de “bom pagador”. A agência



TABOÃOPREV

Autarquia Previdenciária

Município de Taboão da Serra
Estado de São Paulo



avalia que o país vai demorar mais que o esperado para voltar a uma trajetória de crescimento firme, e que há mais de 30% de chances de o ajuste econômico sofrer novo deslize. Destacou ainda que o país enfrenta desafios políticos e econômicos, apesar de uma correção significativa das políticas durante o segundo mandato da presidente Dilma. Em um movimento amplamente esperado pelo mercado, o FOMC (Comitê Federal de Mercado Aberto) manteve a taxa de juro básica de curto prazo próxima de zero, por decisão unânime. Os integrantes do comitê avaliaram, ao fim da reunião de dois dias, que a economia e o mercado de trabalho continuam se fortalecendo, com sólidos ganhos no emprego e declínio no desemprego. Apesar de ver progressos no mercado de trabalho, o comitê disse que a taxa de inflação oscila abaixo de seu objetivo de longo prazo. Além disso, o PIB do país cresceu 2,3%. Ainda que abaixo da mediana das projeções de analistas, que era de expansão em 2,5%, o resultado corrobora para a percepção de uma possível alta dos juros na próxima reunião do FOMC, que ocorre em setembro. Por aqui, ocorreu a 192ª reunião do Copom. Em decisão unânime, o comitê decidiu elevar a taxa Selic em 0,50 pontos percentuais, para 14,25% ao ano sem “viés”. O comunicado pós reunião sugere que a autoridade monetária encerrou o ciclo de alta de juros. Apesar de a interpretação mais adequada do comunicado pareça ser que o ciclo de alta se encerrou, existe ainda alguma probabilidade de que a taxa Selic seja elevada na próxima reunião. Tal probabilidade é, sem dúvida, bastante menor do que a que existia até então. Fechando o mês, o Banco Central divulgou que o déficit primário das contas públicas atingiu R\$ 45,7 bilhões nos últimos 12 meses terminados em junho. Considerando apenas o mês de junho, União, Estados e Municípios tiveram déficit de R\$ 9,3 bilhões, apurando o maior déficit já registrado em meses de junho desde o início da série histórica, em 2001. Em maio, o resultado negativo foi de R\$ 6,9 bilhões. Os números apresentados refletem o baixo desempenho da atividade econômica, além das dificuldades enfrentadas pelo governo na execução das medidas de recuperação de receitas. **Bolsa** Depois de fechar junho como o melhor investimento entre as aplicações de renda variável, o principal índice da bolsa, o Ibovespa, encerrou o mês julho na “rabeira” do ranking, ao registrar queda de 4,17%, aos 50.864 pontos. No ano, o índice acumula alta de 1,71%. O giro financeiro médio diário na Bovespa caiu ainda mais no mês, somando R\$ 5,7 bilhões, o pior resultado desde julho de 2011. O montante representa uma queda de 9,5% ante junho, e de 5% na comparação com o mesmo mês de 2014. O mau desempenho foi reflexo do anúncio do “drástico” corte na meta fiscal, que sinaliza um aprofundamento da crise econômica no país e piora o ambiente de negócios para as empresas brasileiras listadas na bolsa. **Renda Fixa:** No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, a deterioração nos preços dos papéis nos vértices mais longos também foi motivada pela revisão da meta fiscal. Na curva a termo, os juros dispararam, em meio a um forte volume de contratos negociados. A decisão do Comitê de Política Monetária do Bacen (COPOM) em elevar a taxa básica de juros em 0,50 pontos percentuais, para 14,25% ao ano, não surpreendeu o mercado. O sinal dado pela autoridade monetária no comunicado pós reunião sugere que o ciclo de alta do juro tenha chegado ao fim. Os papéis com vértices mais curtos, que dão lastro aos fundos referenciados DI, Renda Fixa e Multimercados Juros e Moedas, registraram os melhores rendimentos.



TABOÃOPREV

Autarquia Previdenciária

Município de Taboão da Serra
Estado de São Paulo



do mês dentre as aplicações de renda fixa mais conservadoras. Essas aplicações são beneficiadas pela alta da taxa de juros, pois os ativos de suas carteiras tendem a acompanhar o comportamento da SELIC, agora estabelecida em 14,25% ao ano. O contrato DI com vencimento para janeiro de 2017 encerrou o mês cotado a 13,43%, enquanto o vencimento para janeiro de 2021 fechou a 12,79%. Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque negativo para as NTN-Bs mais longas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA. Enquanto a rentabilidade do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2035 (NTN-B) registrou queda de -4,48% no mês, o retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2050 (NTNB) caiu -5,59%. Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou recuo -0,72%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos com vencimento de até 5 anos, se destacou e cresceu 1,78%, o IMA-B 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, desvalorizou -1,80% no mês. Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 1,28%, enquanto a carteira com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou avanço de 1,21%. Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA – Geral apresentou crescimento de 0,51% no mês. Com a SELIC em 14,25% ao ano, a poupança fica ainda menos atrativa em relação às outras aplicações. Isso ocorre porque, enquanto a poupança rende sempre 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) quando a Selic é superior a 8,5% ao ano, outras aplicações de renda fixa acompanham as altas da taxa. **Câmbio:** Em pregão marcado pela volatilidade típica da última sessão do mês, em meio ao acirramento da disputa pelo fechamento da taxa Ptax, o dólar comercial subiu frente ao real e renovou a máxima no ano, fechando acima dos R\$ 3,40. A divulgação de dados fiscais mais fracos que o esperado contribuiu para aumentar a desconfiança com o cumprimento da já modesta meta de superávit primário para este ano, reforçando o temor com a perda do grau de investimento. O dólar comercial subiu 1,57% para R\$ 3,4244, maior patamar desde 20 de março de 2003. Com isso, a moeda americana encerra o mês em alta de 10,16% e sobe 28,90% no ano. O clima de aversão ao risco impulsionou a valorização da divisa. A moeda americana foi pressionada por preocupações com a situação política e fiscal do país, que se deteriorou no mês após o rompimento do Deputado Federal Eduardo Cunha com o governo, e o corte da meta fiscal anunciada pela equipe econômica. A alta também foi sustentada pela leitura de que o Banco Central está confortável com a recente desvalorização do real, ao sinalizar a manutenção do ritmo de rolagem dos swaps cambiais que estão vencendo em setembro. O mercado entende que a autoridade monetária mostra a propensão de intervir menos no câmbio, aumentando as chances de manutenção da moeda neste patamar. **Perspectiva:** O mês de agosto traz uma série de fatos que prometem mexer com os mercados ao longo das sessões diárias. A presidente Dilma Rousseff terá um mês difícil e decisivo. O TCU (Tribunal de Contas da União) deve concluir o julgamento das contas de 2014 da gestão. O ministro Augusto Nardes, relator do parecer sobre as contas, apontou irregularidades como as "pedaladas fiscais", que seriam manobras para simular uma situação contábil melhor que a real. Tudo indica que o TCU recomendará a rejeição das contas ao congresso, a quem caberá a palavra



TABOÃO P R E V

Autarquia Previdenciária

Município de Taboão da Serra
Estado de São Paulo



final sobre o assunto. Nos bastidores, a presidente decidiu recorrer ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para tentar reverter a tendência desfavorável. Opositores querem fazer da eventual reprovação o pontapé inicial para o processo de impeachment da presidente. No TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ações da oposição contra as contas da presidente na campanha eleitoral de 2014 também devem ser julgadas neste mês. O PSDB acusa a campanha petista de abuso de poder político e econômico por ter usado dinheiro proveniente de corrupção, o que tornaria a eleição da petista “ilegítima”. O Congresso pode ser outro obstáculo para a presidente. Após a volta do recesso de julho, senadores e deputados federais podem colocar em votação pautas que aumentam os gastos do governo e impor novas derrotas ao Executivo. Na pauta estão projetos que concretizam o chamado ajuste fiscal, como o que reduz as desonerações na folha de pagamento de empresas. A Câmara sinaliza também com o engavetamento da regularização de recursos no exterior não declarados, a chamada repatriação de divisas, uma medida defendida pelo Executivo para elevar a arrecadação. Além das medidas do pacote de ajuste fiscal, outras votações podem resultar em mais gastos. Como é o caso do projeto que amplia a correção do saldo do FGTS. Podem entrar na pauta as PEC’s 300, que amplia o salário dos policiais militares em todo o país, e 443, que equipara os salários da AGU (Advocacia Geral da União) e de delegados da Polícia Civil aos do Poder Judiciário. Além disso, movimentos contrários à presidente prometem realizar manifestações no país no dia 16. Não é só a presidente que enfrenta turbulências neste mês. A operação Lava Jato vem respingando em políticos como Eduardo Cunha e pode produzir novos efeitos em agosto. Cunha e o ex-presidente e senador Fernando Collor (PTB-AL) correm o risco de serem denunciados nas próximas semanas. Esse conjunto de fatos sugere um posicionamento de cautela na condução dos investimentos para os próximos meses; 4º **Em relação à aplicação dos recursos repassados pela Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, com base nas informações apresentadas, o conselho manteve a recomendação no sentido de aplicar os novos recursos em fundos referenciados DI ou IRFM-1 que já façam parte de nossa carteira de investimentos e apresentem as melhores rentabilidades deste segmento;** 5º Ficou decidido pelos conselheiros que as reuniões ordinárias ocorrerão na última sexta-feira do mês, sendo, dias: 25/09, 30/10, 27/11 e excepcionalmente em 18/12, desde que, e necessariamente, após a reunião do Conselho Municipal Fiscal; 6º Foi apresentado cronograma de cursos/congressos para os próximos meses, ficou decidido pelo Conselho que para o “ENCONTRO TEMÁTICO JURÍDICO FINANCEIRO, que será realizado pela Apeprem, nos dias 22 e 23 de setembro, na cidade de São Paulo, poderão participar 3 conselheiros do Conselho Municipal de Previdência e 2 conselheiros do Conselho Municipal Fiscal. Para o Congresso que será realizado em Brasília no mês de novembro promovido pela Abipem, poderão participar 3 conselheiros do Conselho Municipal de Previdência, 2 conselheiros do Conselho Municipal Fiscal e o Superintendente da Autarquia. No mais, foi perguntado aos conselheiros se alguém queria usar da palavra, não houve manifesto. Nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a reunião às treze horas, na qual foi lavrada e



TABOÃO PREV

Autarquia Previdenciária

Município de Taboão da Serra
Estado de São Paulo



assinada por mim, Marta Ferreira Berlanga, Secretária do Conselho, pelo Presidente do Conselho Municipal de Previdência e por todos os presentes.

Mario da Silva Gomes
Presidente

Marta Ferreira Berlanga
Secretária

José Geraldo Pita Marinho
Conselheiro

José Souza Ramos
Conselheiro

Lilliam Guedes Sampaio
Conselheira

Silvonei Rogério Guedes
Conselheiro

Marcos Rogério Fregate Baraldi
Superintendente Autárquico

Daniel César
Diretor Financeiro da Taboãoprev

Eliana Bendini Lantyer
Diretora Previdenciária



TABOÃOPREV

Autarquia Previdenciária



Rentabilidade acumulada das aplicações – Base Julho/2015 (Últimos 12 meses)

RENDA FIXA	
Fundo / Indicadores	%
IPCA + 6% aa. (Meta Atuarial)	16,16%
CAIXA BRASIL IPCA II FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	14,85%
OURINVEST SUPPLIERCARD FIDC SÊNIOR	14,00%
SANTANDER IMA B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	12,91%
LMX IMA-B FI RENDA FIXA	12,64%
SAFRA EXECUTIVE CORPORATE FIC RENDA FIXA	12,55%
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	12,35%
SANTANDER CORPORATE FIC REFERENCIADO DI	12,26%
QUELUZ FI RENDA FIXA LP	12,23%
ITAÚ INSTITUCIONAL FI REFERENCIADO DI	12,19%
CAIXA BRASIL FI REFERENCIADO DI LP	12,16%
CDI	12,08%
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	11,81%
SANTANDER IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	11,32%
IMA-B	11,23%
SAFRA IMA FIC RENDA FIXA	10,92%
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	10,89%
BRDESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	10,72%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	10,62%
QUEST YIELD FIC RENDA FIXA LP	9,70%
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	9,48%



TABOÃOPREV

Autarquia Previdenciária



Rentabilidade acumulada das aplicações – Base Junho/2015 (Últimos 12 meses)

RENDA VARIÁVEL	
Fundo / Indicadores	%
ATICO GERACAO DE ENERGIA FI EM PARTICIPAÇÕES	38,00%
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	21,83%
IPCA + 6% aa. (Meta Atuarial)	16,16%
CAIXA BRASIL IPCA VIII FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	15,52%
BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	12,15%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII PARQUE DOM PEDRO SHOPPING CENTER	6,91%
BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIC AÇÕES	6,00%
BRZ VALOR FIC AÇÕES	0,68%
QUELUZ VALOR FI AÇÕES	-0,34%
GERAÇÃO FUTURO DIVIDENDOS FI AÇÕES	-0,65%
CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	-0,66%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII BTG PACTUAL FUNDO DE FUNDOS	-3,86%
QUEST AÇÕES FIC AÇÕES	-4,24%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII BTG PACTUAL FUNDO DE CRI	-5,07%
ROMA AÇÕES FI AÇÕES	-5,13%
ARX INCOME FI AÇÕES	-5,67%
ITAÚ FOF RPI 30 IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES	-5,91%
GERAÇÃO FUTURO PROGRAMADO IBOVESPA ATIVO FI AÇÕES	-6,69%
IBX-50	-7,68%
GERAÇÃO FI AÇÕES	-8,01%
IBOVESPA	-8,89%
QUEST SMALL CAPS FIC AÇÕES	-8,97%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO BTG PACTUAL CORPORATE OFFICE FUND	-9,47%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	-17,42%
RB CAPITAL DESENVOLVIMENTO RESIDENCIAL II	43,30%



TABOÃOOPREV

Autarquia Previdenciária



Acompanhamento dos Enquadramentos dos Investimentos conforme: Resolução nº 3.922/2010, 4.392/2014 e a Política de Investimentos de 2015 Base Julho/15

ENQUADRAMENTOS	Resolução 3.922/2010 e 4.392/2014	Política de Investimentos	Base: Junho de 2015		
			% PL	Total Artigo	GAP
Artigos - Renda Fixa	Limite	Limite	% PL	Total Artigo	GAP
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " a "	100,00%	25,00%	16,31%	56.659.957,96	35.592.088,47
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	100,00%	50,00%	26,47%	101.593.426,71	82.910.666,14
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "	30,00%	30,00%	25,93%	93.952.231,20	16.750.224,51
Artigo 7º, Inciso VI	15,00%	8,00%	3,28%	11.995.275,33	17.525.379,53
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " a "	5,00%	3,00%	1,14%	3.692.438,53	7.377.807,04
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "	5,00%	4,00%	3,49%	12.748.073,00	2.012.254,43
Desenquadrado	0%	0%		1.686.557,29	
Total Renda Fixa	100,00%	160,00%	76,51%	282.327.960,02	
Artigos - Renda Variável	Limite	Limite	% PL	Total Artigo	GAP
Artigo 8º, Inciso I	30,00%	6,00%	2,57%	9.472.101,40	12.668.389,74
Artigo 8º, Inciso III	15,00%	15,00%	10,70%	39.487.859,53	15.863.368,33
Artigo 8º, Inciso IV	5,00%	5,00%	2,40%	8.843.481,33	9.606.927,96
Artigo 8º, Inciso V	5,00%	5,00%	4,13%	15.235.773,88	3.214.635,41
Artigo 8º, Inciso VI	5,00%	5,00%	3,53%	13.017.918,92	5.432.490,37
Desenquadrado	0%	0%		623.090,62	
Total Renda Variável	30,00%	36,00%	23,49%	86.680.225,68	

As Resoluções nº 3.922/10 e 4.392/14 dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social

Artigo 7º, Inciso I, Alínea A - Até 100% (cem por cento) em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia SELIC).
Artigo 7º, Inciso I, Alínea B - Até 100% (cem por cento) cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea 'a' deste inciso e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDKA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia.
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea A - Até 30% (oitenta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto.
Artigo 7º, Inciso VI - Até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto.
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea A - Até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado.
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea B - Até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão 'crédito privado'.
Artigo 8º, Inciso I - Até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto e classificados como referenciados que identifiquem em sua denominação e em sua política de investimento indicador de desempenho vinculado ao índice Ibovespa, IBrX ou IBrX-50.
Artigo 8º, Inciso III - Até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos dos fundos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem suas carteiras estejam no âmbito dos índices previstos no inciso II deste artigo.
Artigo 8º, Inciso IV - Até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem.
Artigo 8º, Inciso V - Até 5% (cinco por cento) em cotas de fundo de investimento em participações, constituídos sob a forma de condomínio fechado.
Artigo 8º, Inciso VI - Até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliário, com cotas negociadas em bolsa de valores.



TABOÃOPREV

Autarquia Previdenciária

Resultado das Aplicações Financeiras nos últimos 12 meses Base Julho/15

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno (R\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% aa. (Meta Atuarial)	% Atingimento
Agosto/14	319.357.216,99	4.075.000,00	2.077.202,74	330.426.724,34	9.071.710,09	2,82%	0,74%	382,53%
Setembro/14	330.426.724,34	3.460.000,00	2.560.397,30	323.934.490,72	-7.391.836,32	-2,23%	1,08%	-206,02%
Outubro/14	323.934.490,72	13.558.402,66	12.022.098,17	328.815.874,53	3.345.079,32	1,03%	0,96%	107,57%
Novembro/14	328.815.874,53	17.954.000,00	16.678.800,01	334.594.193,59	4.503.119,07	1,36%	0,98%	139,79%
Dezembro/14	334.594.193,59	14.925.000,00	13.619.632,88	331.943.599,07	-3.955.971,64	-1,18%	1,29%	-91,02%
Janeiro/15	331.943.599,07	9.443.437,72	4.785.235,79	337.778.614,33	1.176.823,33	0,35	1,73%	20,18%
Fevereiro/15	337.778.614,33	31.666.019,97	29.672.039,68	343.850.709,18	4.078.114,56	1,20%	1,64%	73,09%
Março/15	343.850.709,18	4.390.000,00	2.747.000,00	347.771.019,23	2.277.310,05	0,66%	1,84%	35,89%
Abril/15	347.771.019,23	6.600.000,00	5.383.000,00	355.305.199,29	6.317.120,06	1,81%	1,18%	153,82%
Maió/15	355.305.199,29	4.000.000,00	2.670.000,00	359.156.694,51	2.521.555,22	0,71%	1,21%	58,58%
Junho/15	359.156.694,51	2.000.000,00	1.950.000,00	363.990.349,93	4.783.655,42	1,33%	1,28%	103,99%
Julho/15	363.990.349,93	7.785.183,53	5.552.732,42	369.008.185,70	2.785.384,66	0,76%	1,16%	65,76%

TABOÃOPREV – Autarquia Previdenciária do Município de Taboão da Serra – CNPJ nº 08.940.472/0001-36

Rua Mario Latorre, 130 – Parque Pinheiros – CEP: 06767-390 – Taboão da Serra – SP

Tels: (11) 4787-6029 / 4135-4977 / 4701-6344

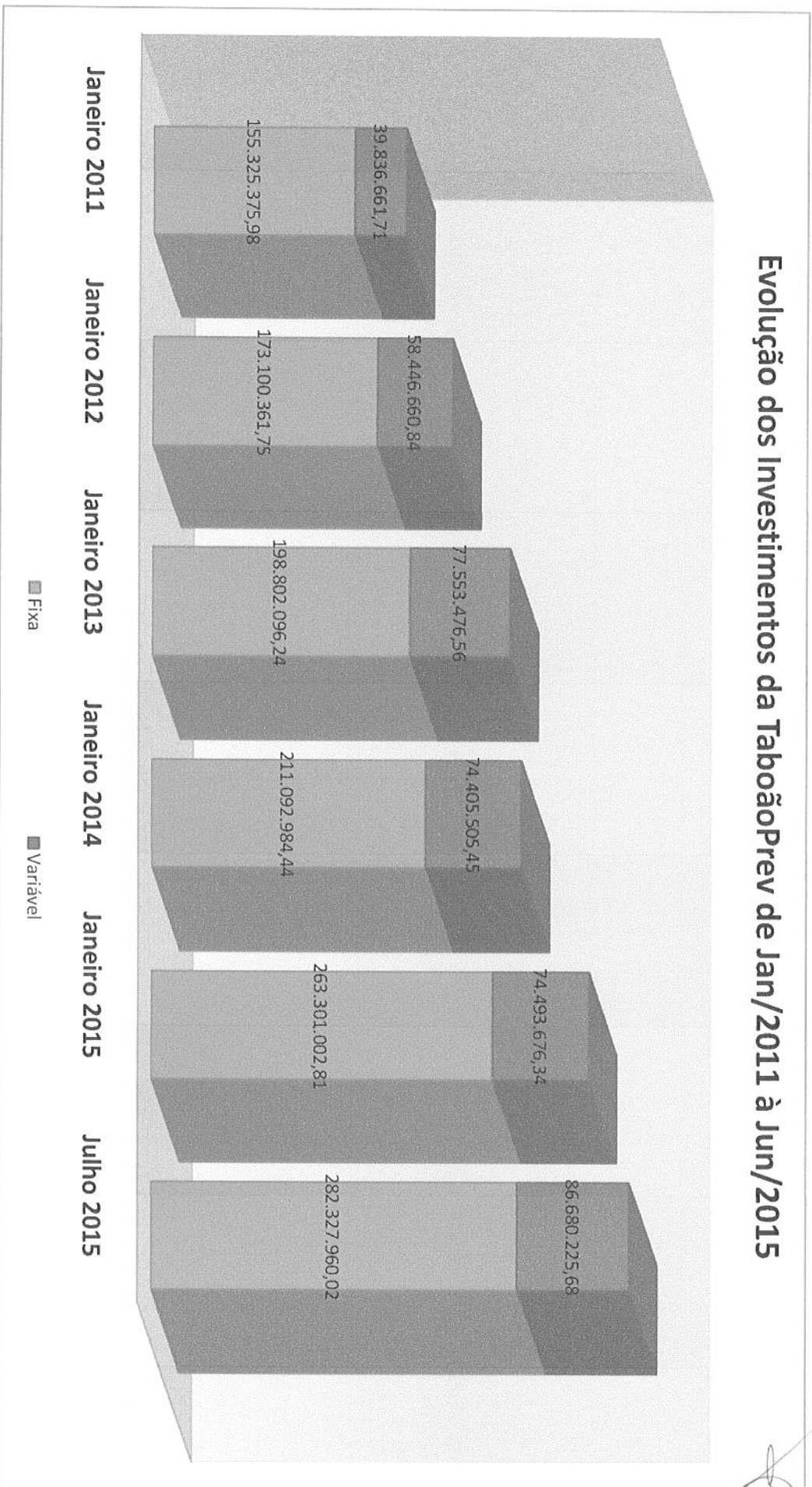
www.taboaoprev.com.br



TABOÃOOPREV
Autarquia Previdenciária

[Handwritten signatures and stamps]

Evolução dos Investimentos da TaboãoPrev de Jan/2011 à Jun/2015

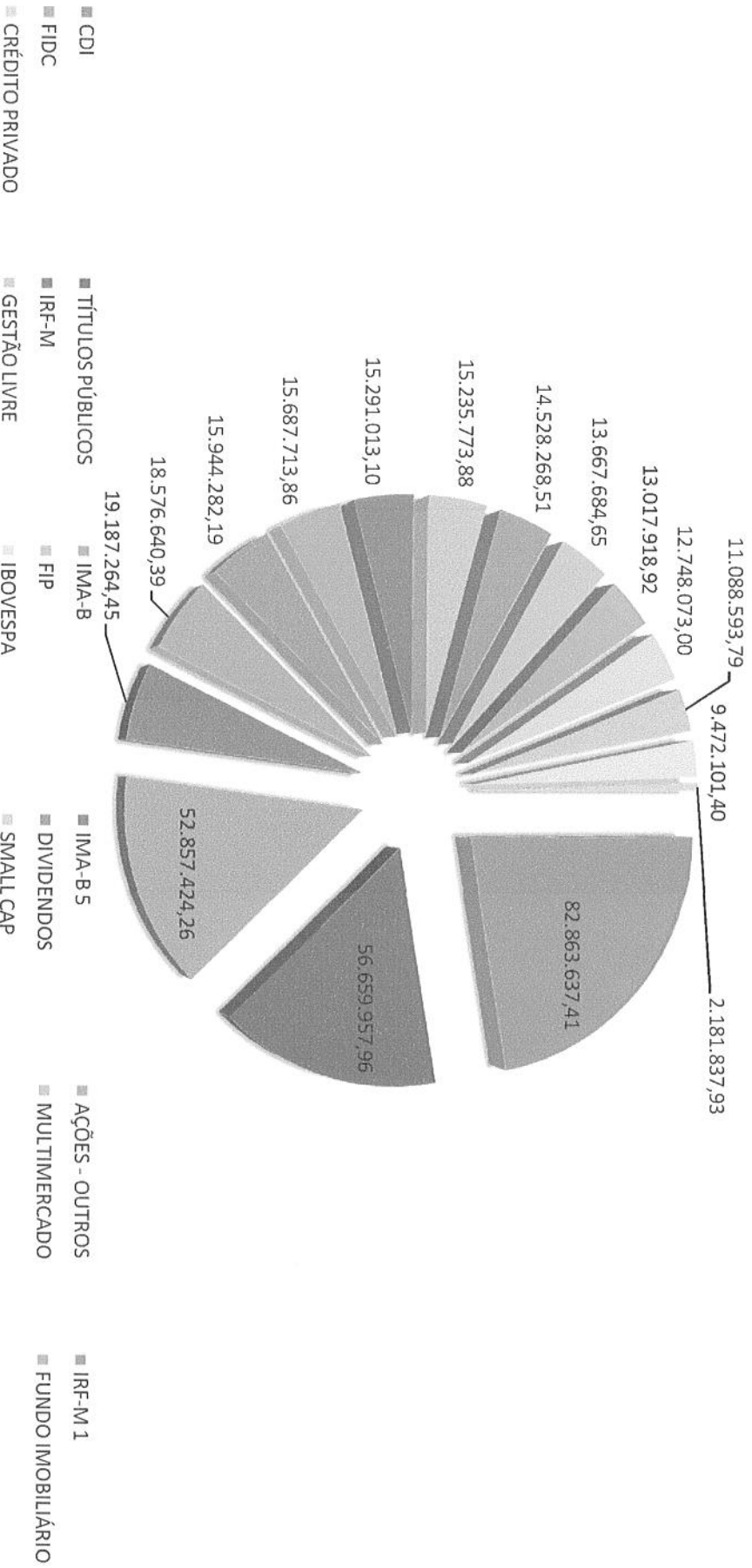




TABOÃOPREV
Autarquia Previdenciária

[Handwritten signatures and stamps]

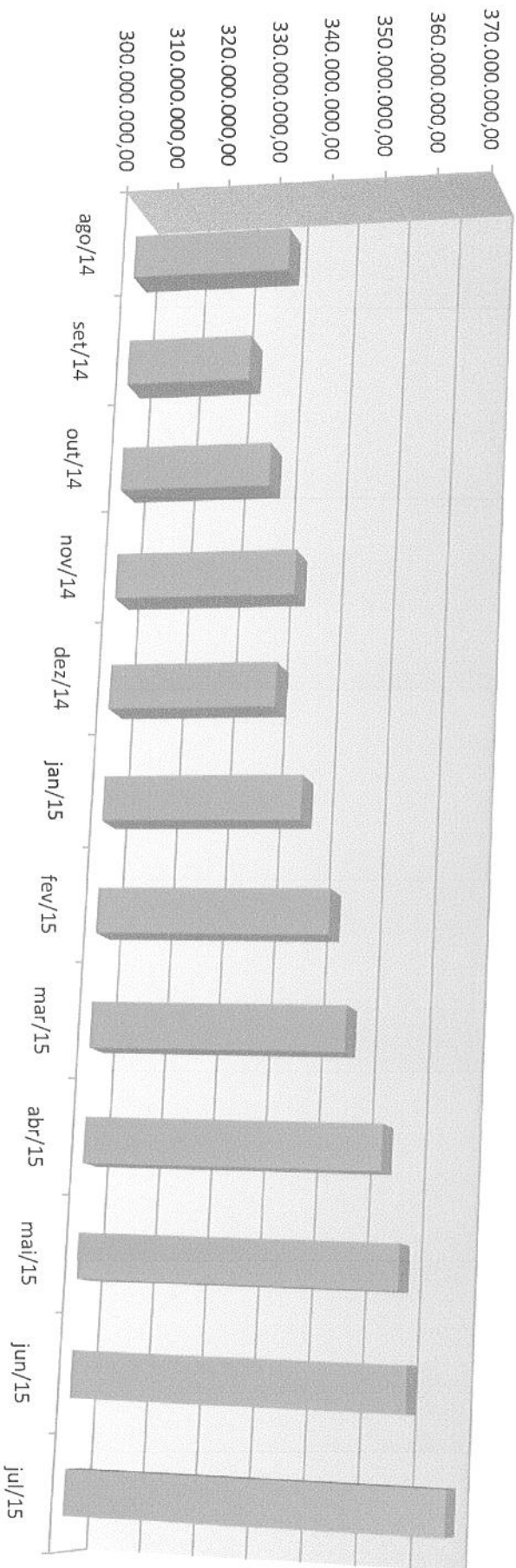
Distribuição dos Investimentos - Junho/2015





TABOÃOOPREV
Autarquia Previdenciária

Evolução dos Investimentos últimos 12 meses



(Handwritten signatures and initials)



(Handwritten signatures)



TABOÃOOPREV
Autarquia Previdenciária

Comparativo da Meta Atuarial e Retorno da Carteira de Investimentos

